



ENTREVISTA

CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO E GÊNERO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: contribuições para pensar a diferença. Entrevista com *Mônica Prates Conrado*.

Entrevista realizada por *Rafael Dantas Dias*¹

Mônica Prates Conrado tem Pós-Doutorado em Antropologia pela Universidade de York, Toronto, Canadá. Visiting Professor at Centre for Research on Latin America and the Caribbean – CERLAC (2014); Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001); Mestrado em Sociologia e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). É Professora Universitária desde 1996. Em 2003 ingressou na UFPA como Docente e hoje é Professora Associada IV desta IES, atuando como docente na Graduação em Ciências Sociais, na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e no Mestrado em Direitos Humanos do Curso de Pós-Graduação em Direito. Tem experiência na área de Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos, trabalhando com os temas: gênero e violência, relações raciais, juventudes, gênero e sexualidade. É líder do Grupo NOSMULHERES. *Pela Equidade de Gênero Etnicorracial/UFPA*. Atualmente, cursa o Programa de Pós-Doutorado da Unicamp no Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU.

Revista Café com Sociologia: antes de mais nada, por gentileza, conte-nos um pouco de sua formação acadêmica, destacando a sua trajetória de pesquisa e profissional, sobretudo a sua aproximação com o tema “Gênero e educação”.

¹ Sociólogo. Professor da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (GEA/SEED) e professor universitário. Pesquisador do Grupo Ribeirinhos da Amazônia CNPq/UNIFAP. E-mail: rafaeldantasd@gmail.com
V.6, n. 1. p. 225-234, jan./abr. 2017.

Professora Mônica: A minha formação na Graduação foi em Ciências Sociais pela UFRJ, e Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. A minha aproximação com o tema começou na Graduação, em 1988, no segundo ano da faculdade, com 19 anos de idade, quando foi fundado o primeiro laboratório de pesquisa social, este financiado pela Fundação Ford. Era um ano que tinha a questão da *Constituinte 1988*, muitas questões em jogo, ou seja, as perspectivas de reconhecimento de vários grupos sociais. Eu participava do núcleo que trabalhava com a questão de relações raciais, dessa forma, eu quero marcar aqui que a minha trajetória acadêmica está muito vinculada aos interesses também que marcam minhas referências identitárias, ou seja, a afirmação de ser negra nesse debate.

A tematização de gênero para o grupo que discutia as relações raciais naquele momento (pesquisa sobre relações raciais) não tinha um recorte definido. Por exemplo, você tinha, no final da década de 80, Lélia Gonzalez que foi a primeira a trabalhar com racismo e sexismo: ela chamava atenção ao sexismo na militância negra; e temos a Beatriz (Nascimento), que morreu precocemente. O debate era sobre relações raciais, marcadamente, com pesquisas nesse sentido com financiamento também da Fundação Ford.

Eu ganhei o concurso de dotação, que naquela seleção, em 1992, a única que não tinha Mestrado na época. No início da década de 90, quando houve o primeiro concurso sobre o negro no Brasil fui contemplada com pesquisa para desenvolver essa temática. Não é que não “tinha”, é claro que outras pesquisadoras trabalhavam com essa tematização de gênero, mas era gênero comum, sem os seus marcadores sociais da diferença, sem quem partia do debate de relações raciais no Brasil, não tinha e não se via naquela estrutura; e nesse laboratório de pesquisa, em outras demandas, essa tematização de gênero era latente.

Entrei para o Mestrado e o Doutorado já com a seguinte preocupação: pensar a afirmação de identidade política da estética negra. Coisa que você já pode perceber muito antes, lá em 1945, o teatro experimental do negro e o guerreiro Ramos fazia esse tipo de trabalho de concursos para a valorização de uma estética negra enquanto uma questão política, daí, com esse interesse de valorização dessa estética, de afirmação da identidade. Começo a me interessar por violência doméstica, porque foi nessa perspectiva que o projeto de Mestrado para Universidade de São Paulo foi inicialmente construído, e esse meu projeto vinha no termo *institucionalização da violência contra a mulher*, aí pergunto, eu trabalhei com temas de gênero propriamente? Não, citava naquele momento a Heleieth Saffioti, referência fundamental, mas era uma perspectiva da violência doméstica, de pensar as relações.

E eu trago já, inspirada em quem morreu há muito pouco tempo, agora, uma antropóloga chamada Mariza Correa que escreveu *Morte em família*, um livro que me inspirou a pensar as relações entre vítimas no termo do sistema judiciário. Eu trouxe a fala dos indiciados que é algo importante para a tematização de gênero, eu lia as feministas das quais herdamos a chamada coisa da herança de “quem ama não mata”, todo um movimento feminista do Brasil, e eu tô falando da década de 90 que herdou da década anterior.

Na minha qualificação de Mestrado a banca recomenda Doutorado direto, com essa temática “violência”, com a mulher trabalhando a fala de vítimas e indiciados, buscando compreender de que forma as pessoas se enredam nesta teia de relações violentas.

A perspectiva dos estudos sobre mulheres – porque até hoje você vê a confusão que se cria quando se fala que estudar gênero se alia automaticamente a “mulher” – era de uma forma muito reduzida, muito simplista. Ao dizer que estuda gênero, as pessoas automaticamente acionam a “mulher”, a mulher é uma construção que já vem sendo desconstruída pelo tempo dos feminismos ocidentais, porque mulher é uma essencialização, e você tem que pensar nas várias construções do masculino, nas várias construções do feminino que não são vinculadas ao órgão genital, diversas masculinidades, diversas feminilidades.

Nessa perspectiva, eu fui já adentrando ao ler gênero pensando a violência. No ano de 2000 vislumbra-se ainda mais – o que vem desde os anos 80 – trabalhos muito interessantes acerca da violência doméstica. Dessa forma, eu fui apresentando trabalhos em congressos, e construo uma pesquisa para poder pensar aqui no contexto paraense, em especial, de Belém do Pará, em que o próprio termo de violência doméstica e os dados que se têm, são engolidos por aquilo que é produzido pelo sul e sudeste. Dessa forma, fui tentar entender as relações públicas privadas e íntimas de mulheres em situação de violência ao entrar em casas de abrigo e albergues. Aí foi que me confiaram institucionalmente à missão de entrevistá-las, para pesquisar mulheres em situação de abrigamento em caso de violência.

Essa é a minha trajetória de inserção acadêmica e social. Sempre eu começo com relações raciais, dos teóricos, porque hoje tem também o debate sobre a questão da branquitude, do racismo e as pessoas não se detêm a estudar os clássicos para que a gente possa compreender a formação do pensamento social brasileiro. “Como é que o Brasil pensa?”, “como é que essas ideias racistas estão naturalizadas?”, tem todo um constructo e a gente tem que tentar entender a partir dessa literatura especializada que nos fornece subsídios para compreender como o Brasil é pensado socialmente em uma perspectiva privada, dos interesses individuais de um grupo, de uma elite que se pensa branca, que é branca,

nomeadamente branca, para o resto do país. E aí foi na leitura de racistas, como Nina Rodrigues, Oliveira Viana, que fui mostrando como é que a própria incorporação e de que modo os marcadores sociais da diferença vão sendo constitutivos ao complexificar mais o debate.

Quando cheguei ao Pará em 2003, houve a potencialização desses estudos para o meu interesse, agora não mais sobre mulheres, e sim estudos de gênero, porque gênero é a pluralidade e, nesse sentido, em 2006, comecei um projeto de pesquisa no MEC que tem o nome *Escola que Protege*. O projeto vem trabalhar com professoras e professores preocupadxs com relações raciais, de pensar a raça, racismo, sexualidade. Depois, em 2008, a assessora do MEC me liga e fala “[...]_poxa, participa aí do projeto Gênero e diversidade na escola”, nesse caso, vem muito ao encontro desse debate de gênero e educação, gênero e diversidade na escola.

Em 2010, houve uma coisa mais fortemente associada ao debate sobre sexualidade, que vem surgindo artigos produzidos sobre sexualidade e pesquisas empíricas com mais força a partir dos anos 2000. Não estou dizendo que não existia antes, como em meados dos anos 70, as pesquisas foram inovadoras, como do Peter Fry sobre homossexualidade. A partir do novo milênio, você tem centros latino-americanos, o CLAM, o Núcleo PAGU na Unicamp – já consolidados - porque o sujeito tem seus próprios interesses, preocupações, marcadores sociais se interseccionam e vão fazendo parte da sua pesquisa e o quê pesquisa, por isso, que é um ativismo acadêmico.

Gays vão escrever sobre o movimento LGBT, professores gays vão escrever sobre o movimento LGBT, mulheres negras, homens negros vão escrever sobre a questão racial, tudo isso se enredando porque a presença física é uma presença política e simbólica dentro da universidade e, com isso, ela vai possibilitando que a gente faça frente e jus a que possa ter essa linha de pesquisa com muita luta, viu? Muita luta, luta e negativas, com negativas contundentes, poderíamos dizer assim.

Na Universidade Federal do Pará surge o grupo Orquídeas, formado não por professores/as, mas sim de iniciativa dos próprios e próprias estudantes que liam e se empoderavam dessa literatura. Nesse sentido, vão surgindo demandas e vão forçando aos grupos de pesquisa a trazerem essa discussão da sexualidade para a UFPA com maior propriedade.

E aí você vai vendo que essa questão das intersecções, dos marcadores sociais da diferença vai fazendo parte do debate, ou seja, a partir dos próprios interesses na minha formação e dos temas, e que vem surgindo inquietações, você vai complexificando e vai buscando entender, de como o feminismo negro me faz entender muita coisa, como o feminismo decolonial me faz entender muita coisa e é nessa perspectiva em que vou também marcando a minha identidade acadêmica que também é política, que tem uma razão simbólica, e de um grupo de pesquisa que tem brancas, homem branco no grupo, que

tem também, mulheres negras trabalhando com vários temas, mas utilizando arcabouço teórico dos feminismos negros, do feminismo decolonial.

Ministro disciplinas na Pós-Graduação e na Graduação sobre feminismo decolonial e feminismo negro e percebi que se faz necessário a formação e debate dos grupos de pesquisa.

É isso, eu penso que desde a escola devia viabilizar essas questões, porque a cegueira é muito grande, e também o racismo, o sexismo, eles são ensurdecadores, eles nos cegam, e a escola ela tem que 'tá' sempre se reinventando e a escola somos nós, pensando no espaço universitário e temos que estar o tempo todo reinventando, percebendo o que 'tá' acontecendo.

Essas questões vão sendo trazidas a todo o momento por questões de demanda, questão de gênero sempre tem uma história para contar que se enreda com a sua própria trajetória individual.

O Estado do Pará tem uma coisa fantástica que é de ser pioneiro no que tange o nome social, questões que vêm sendo trazidas pelo ativismo. Muitos estão na academia, outros não, porém, podemos encontrar algumas referências, como exemplo: eu falei do grupo Orquídeas que é formado por universitários e universitárias que são gays, lésbicas e transgêneros, que é o modo como essas questões estão sendo trazidas, a partir dos próprios sujeitos, e é isso que tem que ser percebido em todas as esferas educacionais, com quem e o quê os sujeitos estão demandando.

Revista Café com Sociologia: a violência de gênero e preconceito, em sua opinião, causa evasão escolar? Por quê?

Professora Mônica: pensar violência de gênero envolve vários sujeitos, com vários fatores. Penso que a ideia da evasão escolar tem que ser implodida, porque ela envolve várias coisas como eu já comecei a falar. Envolve situações de racismo, sexismo, por exemplo. Outro ponto importante, eu não consigo pensar racismo e sexismo separado, aí você vai e diz: “[...]_você está se referindo só as mulheres negras?”. [...]_ não! Refiro-me as travestis negras que são potencialmente expulsas da escola. A violência dentro dessa perspectiva da violência de gênero você tem outros marcadores sociais da diferença para pensar determinadas situações específicas.

Isso inviabiliza a entender essas intersecções na perspectiva da travestilidade. A perspectiva da menina negra que sofre racismo, que sofre sexismo. As violências de gênero englobam todas elas, com pressões específicas, e é isso que é uma demanda universalista dos feminismos ocidentais, que são demandas universalistas, e o risco é porque você apaga e silencia sujeitos.

Revista Café com Sociologia: quais são as principais dificuldades dos professores e professoras em trabalhar as questões de gênero em sala de aula?

Professora Mônica: primeiro ponto a tratar é a questão da formação de professoras e professores, quem e como vamos formar professores/as? Esta sempre é a primeira questão que aflora, é necessário pensar questões importantes que envolvem uma estrutura educacional, a começar pela direção, supervisão e orientação escolar, alunos/as pais e responsáveis, uma questão de formação.

E aí? Como é que fica no caso dessas pessoas que não podem esperar, como as travestis negras? Ninguém pode esperar, em relação à possibilidade de se profissionalizar. Eu quero ver, cadê a travesti? Só mulheres *cis*, homens *cis* dando aula, e aí como é que fica? Se a gente vai, faz a formação, e como fica o seu universo escolar? E o seu estudante que está invisibilizado? O transgênero masculino? A transgênero feminino? Todos estão invisibilizadxs.

O “x” da questão é como e quando vamos produzir rupturas. Se me perguntares se tenho uma resposta, como uma receita de bolo pronto? Absolutamente que não. Todavia, o que eu posso dizer, que a mudança inicia pelo ativismo político, é o ativismo político que vai produzir mudanças porque aqueles que vão desafiar a o poder estabelecido, é do movimento LGBT, movimento negro, para quem acredita e tem comprometimento...

Revista Café com Sociologia: você acredita que a educação de gênero seja uma ferramenta eficaz para combater o machismo e outros tipos de opressão na sociedade vigente?

Professora Monica: sim, mas a educação de gênero que fuja aos feminismos ocidentais, que escapem da lógica dos feminismos ocidentais. Os/as educadores/as brancos, na maioria dos casos, que não estão pensando às outras opressões, não as questionam. A propósito, a preocupação destes é que questionem seus privilégios.

Revista Café com Sociologia: como você analisa as relações de gênero em sala de aula? Como os professores/as devem criar estratégias para minimizar, reduzir o preconceito e praticas imprudentes em sala de aula?

Professora Monica: aí vem o papel importante da formação, como falei anteriormente. As estratégias devem estar alinhadas com a realidade social, com a sensibilidade de quem vivencia o problema. Por isso, penso eu, a necessidade de diálogo e contato direto com os movimentos, porque é quem está diretamente comprometido com as causas. Uma educação ou sistema educacional que não vincula a dinâmica das relações sociais ali presentes, os quais são marcados por todas essas discriminações, preconceitos aos quais essas pessoas são submetidas, esvazia as potencialidades e criatividade desses sujeitos. Um modelo eminentemente de exclusão, porque é um modelo de dominação de gênero do branco universal, *cis*, héteronormativo, de religião de matriz cristã. Essa normatividade vai na verdade silenciando esses sujeitos, os enquadrando a se esconderem. Dessa forma,

todas as práticas e os discursos que subvertem essa ordem são eminentemente apagadas, elas são punidas. Ai que cai nessa ideia perversa, esvaziadora cujas questões contundentes são consubstanciadas na ideia de evasão. O ideal é que as estratégias sejam construídas a partir da sensibilidade que é sempre provocada com o ativismo político com uma formação contínua.

Agora vamos pensar isso dentro da possibilidade, esse é o ideal, agora vamos pensar isso enquanto possibilidade efetiva na realidade da qual nós vivemos, o que nos salva é o ativismo político com uma perspectiva educacional. Para convidar para uma reflexão crítica, a reflexão crítica pedagógica advém do ativismo, advém de uma prática do qual você encontra nos sujeitos, e se referêcia e se contagia ao seu redor.

Revista Café com Sociologia: professora, ao abordar o dossiê em questão “Educação e gênero”, é possível estabelecer um paralelo entre educação, gênero e educações étnico-raciais no Brasil?

Professora Mônica: então, é formação com ativismo crítico dos sujeitos do qual você têm que fazer presente e se fazer presente na escola é uma educação crítico transformadora, é potencializar a criatividade dos sujeitos, a criatividade dos estudantes, a pensarem a refletir sobre a realidade, porque é tudo muito entediante. Você começa a ler uma literatura tão distante da tua realidade, “vou estudar isso”, “no que isso vai fazer diferença na minha vida?”, e ai essas demandas de situações as quais você se identifica e questões que você possa usar como referêcia em determinada literatura especializada, essa é uma possibilidade de educação crítica transformadora. Agora, na realidade social concreta, quanta gente não vai ter acesso a um curso com esse potencial transformador de formação? Está sendo tudo cortado, vide o momento crítico de instabilidade econômica e política que o país vive nos últimos 3 anos. O ativismo político de grupos minoritários é a saída a curto prazo, de nos libertar, trazendo isso para escola como questão premente, até mesmo como condição de existência.

Revista Café com Sociologia: ultimamente, nota-se o empoderamento de alguns grupos sociais “pós Constituição Federal de 1988”, que outrora eram silenciados, hoje, reivindicam a sua participação na arena sociopolítica nacional, em especial o grupo LGBT. Recentemente, em Edital N. 02/2017-DPG/UNIFAP - PPGED para seleção de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Universidade Federal do Amapá, destinou-se a exclusividade para preenchimento de 1 (uma) vaga para pessoas trans (Transexual ou travesti). Qual a sua avaliação sobre este avanço das cotas em programas de Pós-Graduação em Stricto Sensu?

Professora Monica: é genial, porque é isso que devemos buscar e lutar, por mais acesso a setores estratégicos para o desenvolvimento da educação e discussão de temas relevantes para esses sujeitos sociais, além de ampliar o número de vagas a estes grupos. A cota é uma estratégia de balancear para minorar, ao longo do tempo não muito longo, as injustiças. Outra reflexão a respeito do que foi dito

é: o que o programa de Pós-Graduação tem feito para não atrair candidatos/as, o que está acontecendo? De toda forma, é isso que devemos ter, espaço de (re)construção de conceitos e novas sociabilidades e, isso é começar a dar visibilidade e empoderamento, porque essa presença física, que é uma presença simbólica e política, faz com que o sujeito possa enxergar e ver a possibilidade de estar lá, que outras mais se vejam e possam dizer que também podem estar lá.

Revista Café com Sociologia: por que é tão difícil de falar de gênero na escola?

Professora Monica: pela nossa própria formação elitista, branca, heteronormativa, *cis*, racista, sexista, de matriz cristã...

Rafael: a título de compreensão para os nossos leitores, o que é o “cis”?

Professora Monica: *cis*, é aquela expectativa centrada num corpo, no aparelho genital. Isso é o que a gente poderia dizer de uma forma muito simples de *cis*, a identidade de gênero corresponde àquela expectativa construída socialmente que visa se desvincular a uma leitura biologizante, não correspondente diretamente a essa expectativa construída sob os moldes biológicos do aparelho genital vinculado a uma ideia essencial de “ser feminino”, de “ser masculino”. O que é interessante nessa perspectiva de gênero é subverter essas lógicas, porque elas são muito marcadamente binárias, os processos educativos e a sociedade são dinâmicos, plurais.

Olha, quem nos ensina é a militância, militância das diversas ordens é que nos possibilita uma educação transformadora, podemos citar: Paulo Freire, Florestan Fernandes. Tem um saber militante que é do ofício, o de ser professora, de estar atenta a realidade social, que o próprio ensino é uma atividade política.

Revista Café com Sociologia: por que a educação deve discutir a questão de gênero e sexualidade?

Há distinção entre as práticas pedagógicas de homens e mulheres na sua compreensão?

Professora Mônica: veja bem, porque a educação tem que estar diretamente vinculada as nossas próprias identidades, enquanto seres constituintes, enquanto sujeitos. Então, se nós não estudarmos gênero e sexualidade, poderemos estar dando um corte de machado em nós mesmos, porque nós somos, ao pensarmos como sujeitos parte de nossa própria história. Como é que você vai pensar? É preciso pensar os diversos marcadores sociais da diferença, dos quais vão constituir sujeitos em determinados contextos específicos, em outras palavras, se você pensa assim: “nós mulheres”, será que contempla todas as mulheres? “nós mulheres” contempla as mulheres héteros, contempla as demandas das mulheres lésbicas? Claro que não!

Quem somos nós mulheres? Quer dizer, é essa a visão englobadora que silencia os sujeitos porque é uma pluralidade gigantesca, e esses marcadores sociais da diferença são os nossos referentes

identitários, então como é que você vai, por exemplo, buscar entender o sistema prisional, e você não vai buscar a questão racial? Quem está lá preso/a? Como é que você vai dizer que ‘tá’ preocupada com a opressão das mulheres sem entender as opressões específicas a partir dos marcadores sociais da diferença? Como é que eu vou entender as questões que passam lésbicas com a lesbofobia, se eu só to preocupada com “nós mulheres” numa perspectiva héteronormativa? Isso é assassinar sujeitos, porque você quando fala de gênero e sexualidade é para sair de um modelo imposto dominante.

A heterossexualidade impõe práticas, como se fosse obrigatório, como um modelo a ser seguido. Adrienne Rich que fala dessa heterossexualidade compulsória, então, você tem isso como ideal, como é que você se sente? Você é oprimido/a. Como modelo branco você se sente oprimida/o, você não se enquadra a esse modelo universal e abstrato, você é engolido na História.

Revista Café com Sociologia: falando sobre a questão de dominação, qual a sua avaliação sobre a violência de gênero em ambientes escolares a partir da leitura da violência simbólica de Bourdieu?

Professora Monica: Bourdieu tem um conceito interessante de violência simbólica, ele tem um livro sobre dominação de gênero, mas eu te digo, que se a gente buscar entender isso numa perspectiva de autoras do feminismo negro e do feminismo decolonial, elas te trazem possibilidades das quais a leitura ainda centrada, localizada e ainda universalizada que não abarca opressões específicas como a do Bourdieu. Essa leitura não te viabiliza o que é pensar esses sujeitos, por exemplo, em situações locais, específicas. E o que você apreende, te serve como exemplo para o resto do país, como modelo, e de você ‘tá’ em uma sala de aula com um livro didático que não te trata de questões específicas locais, da Amazônia porque a lógica é de universalizar experiências.

Em outras palavras, estamos falando de uma violência simbólica que te apaga. “Eu não me reconheço nisso aqui, cadê?”, “eu não sou isso aqui”. Estamos falando de um modelo escolar que te põe uma referência geolocal, geopolítica, que te diz que ali é melhor de onde você está. Então, eu te digo que, nessa perspectiva decolonial, primeiro vai te chamar atenção a uma colonialidade como a Maria Lugones fala da colonialidade de gênero, ou seja, de que maneira determinados sujeitos se encontram numa hierarquia, numa lógica de poder entre os gêneros? Ela se encontra nessa hierarquia, levando em conta o preconceito de origem local, conforme o historiador Durval Albuquerque.

Como se localiza na perspectiva de gênero por ser não branca/o, por ser amazônica, que já te marca institucionalmente, de que maneira você pode entender essa dominação de gênero? Nessa discussão de dominação de gênero universalizante, você apaga opressões específicas.

Revista Café com Sociologia: discutir e abordar sexualidade e gênero no currículo escolar é um desafio ou uma utopia?

Professora Mônica: é um desafio, pois o tempo todo se mostra cada vez mais como utópica (risos). Ela se mostra cada vez mais como utópica, numa perspectiva macro política, como nas perspectivas micro, no dia a dia. E no desafio lá do “miudinho”, da escola, da diretora, da pedagoga que vai dizer que isso não é importante, que te oprime, “não, não vamos trazer isso”, no espaço acadêmico: “põe na última mesa”, a mesa de discussão sobre mulheres: “deixa lá na última mesa”, no último dia, uma mesa ‘pra’ não dizer que não contemplou, o miudinho é esse jogo do macro e do micro o tempo todo que a gente se encontra presente.

Revista Café com Sociologia: agradecemos as suas preciosas considerações. Muito obrigado!